



PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE PORTELA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL  
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

1

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO N° 25/2020

O Município de Tenente Portela /RS, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Departamento de Meio Ambiente ao que determina a Lei Complementar 140/2011, e Lei n° 6.938, de 31/08/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e demais alterações, regulamentada pelo Decreto n° 99.274, de 06/06/1990 no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução CONSEMA n° 252/2010 pela qual o Município tornou-se qualificado para a realização do Licenciamento Ambiental das Atividades de Impacto Local, em conformidade com a Resolução CONSEMA n° 372/2018 e suas alterações, e com base nos autos do processo administrativo n° 155/2020, expede a presente **Licença de Operação de Renovação** que autoriza a:

**I - Identificação:**

EMPREENDEDOR:	Nestor Carlos Heidrich	
CPF/CNPJ:	637.947.480-34	
ENDEREÇO:	São Pedro – Zona Rural	
EMPREENDIMENTO:		
LOCALIZAÇÃO:	São Pedro - Zona Rural	
	98500-000 -Tenente Portela-RS	
	Coordenadas Geográficas:	Lat.: 27°20'11.13"S
		Long.: 53°49'23.27"O

**PARA A ATIVIDADE DE: CRIAÇÃO DE SUÍNOS – TERMINAÇÃO – COM SISTEMA DE MANEJO DE DEJETOS LÍQUIDOS**

RAMO DE ATIVIDADE:	114,24
MEDIDA PORTE:	420
ÁREA CONSTRUÍDA EM m²:	615 m²

**II- Condições e Restrições:**

**1. Quanto à localização e características da construção:**

- 1.1 A área de criação e de aplicação deverá ser de uso rural e estar em conformidade com as diretrizes de zoneamento do município, definidas pelas suas respectivas leis e pelo Código Sanitário – Lei n° 6.503/72 e Decreto Estadual n° 23.430/74;
- 1.2 Deverão manter dispositivos de segurança para a proteção contra vazamentos acidentais evitando a contaminação das águas e do solo;
- 1.3 O sistema de armazenamento dos dejetos é composto por 02 (duas) esterqueiras impermeabilizadas (manta PEAD). As esterqueiras deverão ser mantidas cercadas com tela, com altura mínima de um metro, evitando acidentes com animais domésticos e transeuntes;
- 1.4 A composteira está construída em 5 módulos. A mesma está fora da Área de Preservação Permanente - APP, e deve ser manejada de forma correta de modo a não permitir propagação de odores e vetores. **As baias que são utilizadas para compostagem deverão ser isoladas com sombrite para impedir a entrada de animais e vetores;**
- 1.5 No entorno do empreendimento deverá ser substituída a cortina vegetal existente com a espécie *Hovenia dulcis* (uva-do-japão), por alguma das espécies nativas constantes na Recomendação CONSEMA n° 007/2020 (angico-branco, grábia, canjerana, cedro, louro-pardo, timbaúva, ipê-roxo, caroba, açoita-cavalo, canela-guaicá, angico-vermelho, etc.);

1.6 As caixas de passagem devem ser mantidas fechadas para se evitar a proliferação de odor e vetores de doenças, e a canalização em tubos de concreto não devem apresentar problemas estruturais.

**2. Quanto ao manejo dos resíduos:**

- 2.1 Ficam proibidos os lançamentos de resíduos e/ou dejetos "in natura", sem o prévio tratamento, nos recursos hídricos, mesmo que intermitentes;
- 2.2 Os dejetos e/ou resíduos a serem gerados pela atividade deverão ser destinados para uso agrícola após tempo mínimo de estabilização de 120 dias;
- 2.3 Operar sempre as esterqueiras com uma folga técnica volumétrica de 20 %;
- 2.4 Os sistemas de armazenamento dos dejetos devem ser mantidos limpos, sem acúmulo das águas pluviais, terra e folhas;
- 2.5 Homogeneizar sempre o conteúdo das esterqueiras verificando a incorporação final da nata para evitar o assoreamento pela borra depositada no fundo, quando for transportar o material para as áreas agrícolas;
- 2.6 Resíduos não perigosos como papel e plástico gerados na atividade deverão ser segregados e acondicionados em local adequado e entregue para a coleta seletiva municipal conforme cronograma;
- 2.7 Embalagens e resíduos de medicamento veterinários pós consumo, deverão ser segregados e acondicionados em local adequado e devolvido ao fornecedor, fazendo com que assim seja cumprida a Logística Reversa;
- 2.8 Não queimar ou enterrar os resíduos oriundos da atividade;
- 2.9 As carcaças de animais mortos e resíduos de mesma origem deverão ser compostados em condições de máxima impermeabilização, a fim de evitar a contaminação do lençol freático;
- 2.10 Os equipamentos de coleta e transporte, de resíduos, até a área de disposição devem ser dotados de dispositivos que impeçam a perda dos mesmos.

**3- Quanto as características da área de aplicação:**

- 3.1 Deverão ser utilizados os solos com uma boa drenagem interna, não sujeitas a inundações periódicas;
- 3.2 O lençol freático deverá estar pelo menos 1,5 metro de profundidade da superfície do solo, na situação crítica de maior precipitação pluviométrica;
- 3.3 Não poderão ser lançados resíduos em qualquer corpo hídrico, mesmo que intermitente;
- 3.4 Deverão ser adotadas práticas adequadas de controle da erosão, de acordo com a orientação técnica;
- 3.5 As áreas agrícolas receptoras dos dejetos estabilizados devem situar-se a uma distância mínima de 55 metros dos corpos hídricos naturais, mesmo que intermitentes 50 metros das habitações vizinhas e das margens das estradas;
- 3.6 Os resíduos não estabilizados ("in natura") deverão ser imediatamente incorporados ao solo, sendo preferencial a aplicação de resíduos estáveis (curtidos);

**4- Quanto as condições da propriedade:**

- 4.1 Deverão ser respeitadas as nascentes, olhos d'água, banhados, beira de rios, arroios ou sangas, considerados Áreas de Preservação Permanente – APPs, de acordo com o Código Florestal Federal e Estadual;
- 4.2 Deverá ser observada a legislação referente ao manejo de mata nativa, e em caso de supressão de parte da mesma, deverá ser atendido o Decreto Estadual n.º38.355, de 01/04/98, com referência à apresentação do "Alvará de Licenciamento" emitido pelo Departamento de Florestas e Áreas Protegidas – DEFAP;
- 4.3 Deverão ser adotadas medidas técnicas para manter o controle das moscas e de outros vetores no entorno e no interior das instalações;



4.4 É proibida a caça de animais da fauna silvestre, de acordo com o Decreto n° 6.514/08 e Lei Estadual n° 11.520/00 - Código Estadual do Meio Ambiente, com exceção das espécies permitidas, nos locais regulamentados e nas épocas autorizadas;

4.5 A utilização de agrotóxicos e/ou medicamentos veterinários na propriedade deverá ser realizada conforme prescreve o Receituário Agrônômico e/ou o Receituário Veterinário;

4.6 Não deverá ocorrer à queima de resíduos, embalagens de agrotóxicos e/ou produtos veterinários conforme estabelece a Lei Estadual n.º 9.921/93, art.11. As embalagens de agrotóxicos deverão ser destinadas aos geradores do produto, conforme artigo 6º, parágrafo 5º, da Lei Federal n.º 7.802/89, alterada pela Lei Federal n.º 9.974/00;

4.7 Armazenar os medicamentos veterinários sempre em local fresco, limpo, seco e ao abrigo da luz e separados dos agrotóxicos e de outros produtos não medicamentosos, principalmente aqueles com o conteúdo sob pressão;

4.8 Deverão ser sempre mantidas limpas e roçadas as áreas do entorno das esterqueiras, dos galpões de criação e da composteira;

4.9 A Responsável Técnica pela elaboração do projeto para obtenção de licença ambiental de operação de renovação para a atividade de suinocultura com capacidade para 420 suínos, preenchimento de formulário e memorial fotográfico é a Bióloga Kelin Luiza Vincenci, CRBio 110373/03-D, ART n° 2020/16686.

*Este documento licenciatório está atrelado ao Laudo de Vistoria Ambiental n° 120/2020, elaborado pelo Coordenador de Desenvolvimento Socioambiental Lucas Rheinheimer, Portaria 548/2020 deste Município, sendo que possui viabilidade ambiental desde que seja atendido as condicionantes acima.*

**III - COM VISTAS À RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO, O EMPREENDEDOR DEVERÁ APRESENTAR OS SEGUINTE DOCUMENTOS 120 DIAS DA EXPIRAÇÃO DE SEU PRAZO DE VALIDADE, FIXADO NESTA LICENÇA:**

- 1 Requerimento solicitando a renovação da Licença de Operação;
- 2 Cópia desta licença;
- 3 Formulário de Licenciamento Ambiental devidamente preenchido e atualizado em todos os seus itens;
- 4 Comprovante dos custos de Licenciamento Ambiental, Licença de Operação;
- 5 Cadastro Ambiental Rural – CAR;
- 6 Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;
- 7 Relatório Fotográfico.
- 8 Laudo de Vistoria.

**Esta licença é válida para as Condições/Restrições acima no período de:  
28/12/2020 à 28/12/2024**

Esta licença só é válida para as condições descritas anteriormente, até a data da validade supracitada. Porém, caso algum prazo estabelecido nesta licença ou algum item anteriormente citado for descumprido, automaticamente a mesma perderá sua validade.

Esta licença também perderá a validade caso as informações contidas no formulário para o licenciamento desta atividade não correspondam à realidade, desde que caso haja alguma alteração nos atos constitutivos, cópia da mesma deverá ser apresentada, imediatamente, ao Departamento Municipal de Meio Ambiente, sob pena do empreendedor

R. 

PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE PORTELA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL  
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

4

acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciado por este documento.

Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidas pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.

Esta licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

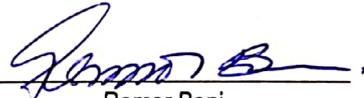
O empreendedor que não cumprir as determinações legais, estará sujeita à sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, conforme descrito na Lei Federal nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais) e suas alterações.

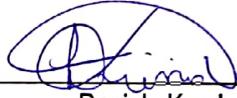
**RECEBI A 2ª VIA DO PRESENTE, E ESTOU CIENTE DAS CONDICIONANTES, RESTRIÇÕES E PRAZOS ESTIPULADOS NESTE DOCUMENTO.**

Recebido em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura

Tenente Portela, 14 de dezembro de 2020.

  
Remor Boni  
Secretário de Desenvolvimento Rural  
Portaria nº 111/2019

  
Daniele Kunde  
Coordenadora de Licenciamento e Fiscalização  
Portaria nº 456/2019